

## **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**

GT07 - Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva

### **AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Marilis Lemos de Almeida** - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) / UFRGS

**Helena Gomes Bonumá** - Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade

20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

## **Apresentando o projeto *Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento***

A economia solidária ressurge, a partir dos anos 2000, no bojo das políticas de trabalho, emprego e renda, vinculada por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ao Ministério do Trabalho e Emprego. Apresenta-se assim tencionada entre uma estratégia de combate à pobreza, orientada especialmente para as populações em situação de pobreza extrema, excluídas do mercado de trabalho formal e sem chances de ingresso no mesmo em função da baixa escolaridade e qualificação. De outro lado, a economia solidária se coloca como prática social que questiona a economia capitalista ao propor formas alternativas de organizar a produção, as relações de trabalho, as finanças, a comercialização, a distribuição e o consumo, buscando promover a sustentabilidade, a inclusão social, o bem-estar e a dignidade humana, e a solidariedade. Nesse sentido filia-se à tradição histórica de luta pelo trabalho autogestionário no Brasil e no mundo (SINGER, 2002; BONUMÁ, 2015).

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos no **Projeto Economia Solidária e Economia Feminista**, integrante de uma das ações da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, o Projeto *“Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento”*, que foi desenvolvido pela Oscip **Guayí**<sup>1</sup>, entre o início de 2010 a final de 2012<sup>2</sup>.

São poucos os dados sobre a economia solidária no Brasil e menos ainda sobre a presença das mulheres e seus empreendimentos. Em 2003, com a criação da SENAES, foi realizado o primeiro levantamento feito em nível nacional, pelo SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária. Em 2003 foram identificados 14.954 empreendimentos e, em 2007<sup>3</sup>, 21.859 empreendimentos de economia solidária no Brasil, abrangendo 1.683.693 integrantes, sendo 37% de mulheres e 63% de homens<sup>4</sup>. No entanto, observa-se que quanto menor o tamanho do empreendimento, maior a participação relativa das mulheres entre os associados. As mulheres predominam nos empreendimentos com menos de 10 sócios (58%)

---

<sup>1</sup> Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, coordenada pela autora Helena Gomes Bonumá.

<sup>2</sup> O Projeto contemplou um mapeamento de 300 empreendimentos produtivos compostos majoritariamente por mulheres, em nove estados, abrangendo as cinco regiões do país e diferentes segmentos produtivos. Além de prover formação em economia solidária e em economia feminista, visava, fundamentalmente, subsidiar a estruturação e a qualificação da política pública de fomento à economia solidária, buscando aproximá-la da realidade das organizações produtivas de mulheres, para o fortalecimento das mesmas.

<sup>3</sup> Pesquisa resultante de parceria com a FINEP.

<sup>4</sup> Estamos trabalhando com estes dados uma vez que a última pesquisa nacional (2009) ainda não está inteiramente disponível.

e os homens predominam nos EES que possuem mais de 20 sócios (56% nos EES de 21 a 50 sócios e 59% nos EES com mais de 50 sócios). Além disso, há cerca de 3.900 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (18%).

No mapeamento realizado no âmbito do Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista apenas 24 (6,6%) empreendimentos estavam incluídos no mapeamento do SIES, indicando dificuldades na mensuração destas iniciativas e de invisibilidade da participação feminina.

Tabela 1 – Números de empreendimento econômicos solidários (EES) e número de associados, por estado da federação, segundo o sexo dos participantes. Brasil

Estado	EES	Mulheres	Homens	Total
Ceará	35	385	14	399
Distrito Federal	38	322	39	361
Pará	34	564	36	600
Pernambuco	35	400	12	412
Paraná	35	298	07	305
Rio de Janeiro	31	464	03	467
Rio Grande do Norte	32	285	22	307
Rio Grande do Sul	87	858	19	877
São Paulo	33	292	03	295
Total	360	3868	155	4023

Fonte: BONUMÁ, 2015.

Do total destes 360 empreendimentos, o Projeto Brasil Local realizou um Diagnóstico Produtivo em 216 deles, abrangendo os nove estados nos quais desenvolveu suas ações. Este diagnóstico apontou que 73% destes empreendimentos não são formalizados, mas, ao mesmo tempo, a maioria deles existe há mais de 5 anos, sendo que um total de 65% existe de 5 a 10 anos. De um lado, observa-se a fragilidade organizativa e institucional, que agrava a condição de vulnerabilidade, uma vez que coloca entraves ao processo de comercialização e limita o acesso às políticas públicas. Por outro lado, o tempo de existência dos empreendimentos sugere uma capacidade coletiva de resistência, que se traduz na capacidade de se manter e, como veremos adiante, de se transformar e se adaptar às circunstâncias.

Outro aspecto importante revelado pelo diagnóstico é a concentração dos empreendimentos em atividades que são tipicamente femininas dentro da divisão sexual do

trabalho. Considerando que 96,15% dos associados, dos 360 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados, são mulheres, estes dados permitem identificar onde elas majoritariamente atuam na economia solidária. As atividades produtivas dos empreendimentos, declaradas como principal no Diagnóstico, foram artesanato (48%), confecção (17%) e alimentação (13%). Além destas, é importante considerar que entre os outros segmentos registrados, tais como pescadoras, quilombolas e agricultoras, há um contingente expressivo que também atua com artesanato e/ou a alimentação associado à atividade produtiva central declarada. Estes dados mensuram um fenômeno igualmente perceptível na pesquisa qualitativa, que será visto na sequência, qual seja a aproximação entre o universo doméstico e o do trabalho para as mulheres na economia solidária.

Após esta breve apresentação do Projeto *“Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento”*, seguiremos por um outro caminho, nos detendo nas narrativas produzidas coletivamente<sup>5</sup> por mulheres integrantes de dez Empreendimentos Econômicos Solidários localizados em nove estados da federação<sup>6</sup>.

### **O início dos empreendimentos – buscando sobrevivência, encontrando companheiras e construindo identidades**

Para a maior parte das mulheres integrantes dos empreendimentos analisados a economia solidária não é algo antecipado, um objetivo perseguido, é sobretudo um ponto de chegada, precedido por uma longa e dura jornada permeada por exclusão e vulnerabilidades, durante a qual o sentido da solidariedade e da auto-organização se fortalecem. As narrativas falam da situação de pobreza, do adoecimento físico e mental, da violência, dos problemas com crianças e jovens, da prostituição, enfim, falam de vulnerabilidades estruturais que marcam a vidas das pessoas pobres. As narrativas relatam trajetórias de exclusão do

---

<sup>5</sup> As narrativas coletivas foram captadas e sistematizadas por mulheres integrantes do Projeto Brasil Local, ver ao final a relação completa. As sistematizações das narrativas foram publicadas na edição final do Brasil Local “Economia Solidária em Construção”, sob responsabilidade da Cáritas Brasileira, Brasília, dezembro de 2012.

<sup>6</sup> Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Pará (PA), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP).

mercado de trabalho formal, da impossibilidade de conseguir trabalho, da dificuldade para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Mas permitem também perceber a capacidade de resistência das mulheres e de se mobilizar por uma vida melhor por meio da solidariedade, da ajuda mútua e da construção saídas coletivas, como os empreendimentos dos quais fazem parte.

O empreendimento Mulheres Criativas (Fortaleza, CE) surgiu da organização das próprias mulheres que buscaram alternativas para suas vidas por meio da produção de artesanato.

(...) não podíamos mais viver só detrás do fogão (...) a gente podia aproveitar o que tinha à disposição - retalho de tecido, papel e coisas que seriam jogadas fora. Somou a força de vontade e foi assim que nasceu o Grupo de Mulheres Criativas. (Mulheres Criativas, Fortaleza, CE).

No início confeccionavam fuxicos, faziam tricô, crochê, pintura, customização de roupas usadas, reciclagem de vidro, latas, garrafas pet, etc, usando materiais que traziam das suas casas e da reciclagem. Por não depender de equipamentos é um trabalho possível de ser realizado sem muitos recursos e também permite compatibilizar com os afazeres domésticos, pois as mulheres planejavam a produção conjuntamente e realizavam as tarefas juntas ou separadas, cada uma em sua casa. Desta forma elas consolidaram o grupo, conquistaram certo reconhecimento e a partir daí buscaram parcerias e apoio para produzir e comercializar, como a Rede Estrela de Iracema, a Feira de Economia Solidária e também os eventos da comunidade.

O empreendimento de Abreu Lima (PE) é ligado à colônia de pescadores Z33 e teve início após um desastre ecológico, em 2007, provocado pelo lançamento de resíduos químicos no rio Timbó. Os relatos evidenciam a pobreza das famílias que vivem da pesca artesanal e de uma agricultura de subsistência, situação agravada após o desastre que matou os peixes, impossibilitando a atividade da pesca realizada pelos homens da colônia e dos mariscos, sururus e ostras, que davam sustento às mulheres. As famílias sobreviveram durante seis meses com cestas básicas, mas as mulheres enfrentaram a crise criando três empreendimentos: o Maré Arte, em 2007, de artesanato; o Planeta Vida, de horta comunitária, em 2008 e o Aquarius, de produção de alimentos com peixes e frutos do mar, em 2010, criados nessa sequência, a partir das necessidades e possibilidades que foram surgindo a partir de parcerias estabelecidas.

O Arte com Sabor (Brasilândia, SP) surgiu em 2010, impulsionado por uma líder comunitária e por mulheres que já haviam tido um papel de destaque nas várias lutas sociais que envolveram a ocupação em que residem. Buscando gerar trabalho e renda as mulheres começaram a se reunir e organizar para criar uma cooperativa. A história deste empreendimento é marcada por muitas dificuldades e frustrações que, no entanto, não as demoveram do seu objetivo e assim elas foram construindo parcerias para ajudar na obtenção de condições para produzir e comercializar. O grupo funcionou na paróquia, na casa de uma das mulheres do grupo e hoje, com o apoio de uma rede ampla de parceiros, desenvolve oficinas para qualificar e multiplicar as diferentes técnicas existentes (crochê, costura, bordado, encadernação, tricô e acessórios).

Esses três empreendimentos têm em comum as histórias de grande vulnerabilidade e de auto-organização como ponto de partida, algumas impulsionadas por um desejo de mudar suas vidas “não podemos viver só detrás do fogão” (Mulheres Criativas, CE), outras empurradas por um desastre ecológico que colocou em questão a própria sobrevivência (Maré Arte; Planeta Vida; Aquarius, PE), outras ainda pelas lições extraídas de lutas anteriores na qual a organização e solidariedade mudaram suas vidas (Arte com Sabor, SP) . As mulheres começaram o processo de organização, fizeram reuniões, construíram saídas e então partiram em busca de parcerias que apoiassem suas caminhadas.

O Arte na Praça (Marituba, 2009) surgiu de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marituba, para atender crianças e jovens em vulnerabilidade, famílias em situação de carência moradoras de ocupações, em especial de mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Foram criados grupos de oito a dez mulheres por bairros e o objetivo era criar um caminho para a inclusão produtiva e geração de renda para favorecer a saída das mulheres da condição de extrema vulnerabilidade.

O Mulher que Faz (Novo Hamburgo, 2010) teve origem em um projeto social, desenvolvido pela prefeitura por meio da Assistência Social. Quando o projeto foi extinto as mulheres decidiram manter o grupo:

“A ideia era um grupo que pudesse se ajudar de forma mais permanente, né... que não dependesse só do governo. Nós tinha um grupo do projeto social, mas perdemos o espaço e ficamos um tempo sem trabalhar.”

As mulheres buscaram doações para fazer artesanatos, apoio para oficinas de

confeção de bonecas, procuraram espaço para trabalhar e comercializar sua produção. As mulheres conseguiram manter o grupo ativo, mesmo diante das dificuldades que se apresentaram com a perda do espaço.

Estes dois empreendimentos – Arte na Praça e Mulher que Faz – se constituíram por meio das políticas de assistência social de âmbito municipal. Essa trajetória é bastante usual, uma vez que as prefeituras estão mais próximas das comunidades e são as responsáveis constitucionais pelo atendimento básico das políticas públicas em várias áreas, principalmente as políticas de assistência social. Assim, para muitos destes grupos, o ponto inicial são os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com o atendimento sócio assistencial, que encaminham e auxiliam os grupos na busca de alternativas de trabalho e renda. Mas as políticas de cunho sócio assistencial apresentam dificuldades em construir alternativas mais articuladas e permanentes de geração de trabalho e renda, pois ainda que tentem constituir saídas na linha da inclusão produtiva, o fazem de forma pontual e totalmente desarticulada com a área de desenvolvimento econômico.

A Coopart (Cidade Ocidental, DF) já surgiu em 2004 como uma cooperativa voltada para a geração de trabalho e renda. A cooperativa resultou do encontro de uma líder comunitária aposentada que enfrentava dificuldades para trabalhar e decidiu reunir mulheres que igualmente desejavam ter renda. A cooperativa representava uma forma de concretizar esse desejo, uma vez que a cidade dormitório não oferecia empregos e que o deslocamento para Brasília, cidade próxima, não era possível para mulheres que tinham sob sua responsabilidade os cuidados com filhos e casa. Um passo importante para a criação da cooperativa foi a realização de um curso oferecido pela prefeitura da cidade, de artesanato, do projeto Cidade Livre. As reuniões para organização da cooperativa iniciaram em maio de 2003, mas somente mais um ano depois a cooperativa foi criada em outubro de 2004, com o apoio da Secretaria da Indústria e Comércio, que ajudou com as documentações e formação das mulheres sobre cooperativismo e gestão. A aproximação com a economia solidária se deu posteriormente, em 2005, quando começou a participar das feiras de economia solidária.

A Coopermups (Mossoró, RN) foi criada em 2002 com uma trajetória ligada aos movimentos sociais e à formação política junto à Fundação Margarida Alves. Em 2001, iniciou-se o processo de capacitação para idealização da cooperativa e em setembro de 2002,

foi criada e instituída a Coopermups, com cerca de 20 mulheres cooperadas. Desde o início o empreendimento incorporou princípios caros à economia solidária, como a preocupação com a preservação do meio ambiente, os cuidados com a saúde das integrantes e com a comunidade, por meio do desenvolvimento local, da compra de seus produtos da agricultura familiar. Outro elemento importante é a participação nas instâncias de políticas públicas no território e a valorização da luta por direitos e cidadania, principalmente dos direitos da mulher e a participação no movimento de mulheres.

Tudo isso nos faz refletir sobre a história de superação de nós, mulheres, e que ainda temos muito a conquistar quando se fala de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, sem fugir dos princípios agroecológicos e solidários e sem perder a cultura e os valores comunitários, sem abrir mão de nossos direitos como mulheres. Queremos autonomia para buscar a sustentabilidade do nosso empreendimento, mas precisamos de políticas públicas que atendam nossa realidade, como por exemplo uma estrutura de um restaurante popular para a nossa comunidade através do programa fome zero garantindo geração de renda para as mulheres, melhorando as condições de vida das famílias e da comunidade. Queremos o fortalecimento das práticas de desenvolvimento local, com economia solidária e garantia dos nossos direitos.”(COOPERMUPS)

O Espaço Mulher (Terezópolis, RJ) é um empreendimento que foi criado a partir da indução promovida por políticas públicas da Secretaria Municipal de Direitos da Mulher e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Economia Solidária. Em 2008 a prefeitura lançou um edital para realizar a 1ª Feira Feminista de Economia Solidária, a qual teve 200 artesãs inscritas. O interesse e êxito da Feira levou as mulheres a proporem uma feira permanente e então criaram o Espaço Mulher. Neste caso, a produção não é conjunta, mas as mulheres construíram por meio do diálogo com as políticas públicas um espaço de comercialização e se fortaleceram enquanto grupo. Atualmente, além de serem uma referência na área da economia solidária, possuem representantes nos conselhos municipais de segurança, de mulheres e economia solidária.

A Rede Pinhão – Clube de Troca (Curitiba, PR), criada em 2004, é uma experiência que articula Educação Popular e Economia Solidária e que integra os Clubes de Troca, em funcionamento desde 2001. Os clubes de troca possuem um claro viés anticapitalista, com reforço de valores alternativos ao do capitalismo de mercado, reafirmam a ideologia da solidariedade e do comunitarismo, que concebe a atividade econômica como um espaço para suprir necessidades estimulando a produção coletiva, a troca solidária e a comercialização como caminho para a geração de renda. Há também o estímulo à formação de lideranças e

articulação com movimentos sociais para ampliação dos direitos sociais.

A RICS - Rede Industrial de Confecção Solidária (Porto Alegre, RS) iniciou em 2005, quando a ONG Guayí e o Grupo Hospitalar Conceição assinaram um Termo de Parceria que tinha como objetivo a implantação de uma rede autogestionária de empreendimentos solidários para a confecção da roupa hospitalar. Esta rede seria constituída por grupos informais de mulheres desempregadas de comunidades carentes de Porto Alegre e região e um grupo de apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Atualmente a Rede é composta por oito empreendimentos: CIAS – Costurando e Inovando Ações Solidárias; KRAS – Criar e Reinventar Ações Solidárias; Mulheres Solidárias da Tuca; LIBERDADE (na penitenciária Madre Pelletier); SHALOOM – Costurando em Rede; SEMENTE – Gestão, Modelagem e Corte; Guayí – Formação, assessoria e acompanhamento e a Fy, responsável pela gestão operacional da rede. Dos oito empreendimentos, seis são formalizados, um está em processo de formalização para se tornar cooperativa e o empreendimento Liberdade é regido por um Protocolo de Ação Conjunta, com a SUSEPE. O funcionamento da rede é autogestionário, ou seja, cada empreendimento gerencia seu negócio, com assessoria da Guayí, nas questões de gestão financeira e de produção; as decisões são coletivas e autônomas, tanto dentro dos empreendimentos quanto na rede, e a concepção de trabalho e desenvolvimento é feita com base na economia solidária.

Estes cinco empreendimentos – Coopart (DF); Coopermups (RN); Espaço Mulher (RJ); Rede Pinhão (PR) e RICS (RS) – apresentam experiências diferenciadas em relação às anteriores e diversificadas entre si, mas todas apresentam maior grau de vinculação com políticas públicas relacionadas a desenvolvimento local, economia solidária e economia feminista. Nestes empreendimentos destaca-se o papel indutor e formador exercido por organizações não governamentais ou prefeituras orientadas para questões como desenvolvimento local, economia solidária, cooperativismo e economia feminista. Os empreendimentos formalizados como cooperativas apresentam maior organização interna e de gestão, bastante diferente do que ocorre nos grupos informais que ainda predominam na economia solidária feita por mulheres. As experiências usualmente envolvem um processo prévio de formação das mulheres de cerca de um ano e a formalização permite acessar processos públicos de comercialização para órgãos públicos e sindicatos, por exemplo. As

Oscips, como a Guayí (RICS), a Fundação Margarida Alves (Coopermups) e o Clube de Trocas (Rede Pinhão), tiveram um papel importantíssimo na constituição dos empreendimentos, na formação das mulheres, na orientação acerca dos princípios da economia solidária, na articulação com políticas públicas e na gestão.

De forma geral, no percurso de constituição dos empreendimentos há dois caminhos, de um lado aqueles empreendimentos que já iniciaram na perspectiva da economia solidária, do desenvolvimento local e da economia feminista. Estas são experiências invariavelmente estavam ligadas a um agente indutor, seja uma Oscip (RICS, RS; Rede Pinhão, PR; Coopermups, RN), seja uma prefeitura (Espaço Mulher, RJ). O outro caminho é o da descoberta ação solidária, da construção coletiva e da auto-organização na própria caminhada, ao longo do qual se fortalecem os vínculos, se geram transformações e novas perspectivas se abrem para as mulheres. Quer partindo da organização espontânea de mulheres que decidem buscar um jeito melhor de viver (Arte com Sabor, SP; Coopart, DF; Maré Arte, PE; Planeta Vida, PE e Aquarius, PE), quer surgidos por iniciativa das secretarias de assistência social, visando a geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidades, os empreendimentos econômicos solidários representam a possibilidade de transformar a vida destas mulheres.

As narrativas expressam um contexto bem conhecido de desigualdade estrutural que marca o país, no qual a falta de oportunidades adequadas no mercado de trabalho, a falta de escolaridade, a falta de atributos e competências demandadas pelo mercado de trabalho, coloca a população pobre, especialmente aqueles com mais idade em uma situação de desvantagem, com chances cada vez menores de se integrarem ao mercado de trabalho. A situação das mulheres pobres é ainda mais crítica, uma vez que a elas cabem os cuidados com os filhos e doentes da família e a manutenção da casa, impossibilitando-as de conjugarem os afazeres sob sua responsabilidade com jornadas de trabalho convencionais. Para estas mulheres que vivem na informalidade e para as quais o trabalho assalariado não se constituiu como alternativa, as ferramentas clássicas das políticas de trabalho e emprego, tais como seguro-desemprego, formação profissional e intermediação, pouco oferecem. Neste contexto, a economia solidária significa uma possibilidade de enquadramento em outro paradigma, que não o da assistência social, nem tampouco do trabalho assalariado, o qual

dialoga diretamente com as questões centrais que enfrentam no cotidiano, na condição de terem que compatibilizar as atividades reprodutivas e de cuidados com o trabalho remunerado.

### **As caminhadas das mulheres – buscando caminhos e enfrentando desafios**

As trajetórias percorridas pelas mulheres na constituição de seus empreendimentos não são lineares, são histórias cheias de curvas, vindas e idas. O esforço de auto-organização entre mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, que precisam de tudo como diz uma das mulheres, implica persistência na busca dos recursos, criatividade e capacidade de articulação, competências que estas mulheres foram construindo ao longo do percurso.

(...) o problema do espaço pra trabalhar, que a gente passou um tempo parada porque não tinha espaço e isso dificulta, né...O problema da matéria-prima pra produzir, cada uma traz o que tem, a gente recicla um monte de coisa, tecido, vidro, lata...mas a gente precisava de uma coisa mais certa, que desse mais... E também máquinas decentes, né.....Pra bem dizer, a gente precisava de um monte de coisas...Precisava de lugar certo pra vender...(Mulher que Faz, NH/RS)

Uma das primeiras dificuldades que se apresentam é a falta de espaço para a realização do trabalho coletivo, para as reuniões, para as oficinas, para a produção, o que, considerando-se sua situação de vulnerabilidade, é um fator decisivo. O espaço, especialmente para estas mulheres, não é apenas o lugar onde colocar o material, onde trabalhar, há uma importante dimensão simbólica que remete ao abrigo, à casa, ao acolhimento. O espaço compartilhado é a expressão do compartilhamento de um projeto de vida melhor, por meio do qual se afirma a identidade de grupo e a capacidade coletiva de fazer frente às adversidades construindo alternativas em conjunto. Em especial os empreendimentos que tiveram origem na organização espontânea das mulheres (Coopart, RJ; Arte com Sabor, SP, Abreu Lima, PE), começam a funcionar nas casas das próprias mulheres e depois elas buscam locais na comunidade tais como salão de idosos, espaços destinados a projetos sociais, paróquias, igrejas, os quais são espaços provisórios, que implicam em outras dificuldades, tal como levar e trazer os materiais cada vez que vão trabalhar. Mesmo empreendimentos que começaram com um lugar para os encontros coletivos, seja por iniciativa da prefeitura, como o Mulher que Faz (RS), ou de uma paróquia, como o Arte com Sabor (SP), são marcados pela instabilidade e perderam estes lugares quando ocorreram

mudanças na gestão da prefeitura ou a transferência do padre que lhes dava apoio. Os empreendimentos mais organizados já conseguiram um lugar permanente, seja com as prefeituras, ou alugando espaços próprios no caso dos empreendimentos autossustentáveis.

Uma segunda dificuldade é a obtenção de matéria-prima e equipamentos para trabalhar, situação mais dramática para os empreendimentos informais geridos por mulheres extremamente pobres e que ainda não contam com apoios mais sistemáticos. A ausência de matéria-prima reforça um circuito vicioso de pobreza, as mulheres buscam materiais reciclados, trazem retalhos e qualquer coisa que possuam em casa que possa ser usado para confeccionar artesanatos e procuram doações junto a empresas (Mulheres Criativas, CE; Coopart, DF). Tudo isso limita o tipo de produção realizada, em geral artesanatos que podem ser feitos a partir do que elas conseguem recolher, mas que possuem baixo valor no momento da comercialização. As tentativas de mudar o tipo de produto, para outro que gere maior retorno financeiro, por exemplo, para a confecção ou produção de alimentos (RICS, RS; Aquarius, PE, Coopermups, RN) implicam o uso de equipamentos de maior parte, como máquinas de costura e cozinhas industriais, o que requer um espaço físico maior e adequado e também equipamentos mais caros. Um exemplo é o caso da COOPART (DF), que tem a possibilidade de avançar trabalhando com a confecção, mas enfrentam o problema da logística, por exemplo, tendo que transportar os retalhos com carrinho de mão emprestado, e das máquinas necessárias para a produção que, pelo menos num primeiro momento, são inacessíveis a estas mulheres, a não ser como doação ou empréstimo. Sem o financiamento para a aquisição de equipamentos e matérias-primas, o que por sua vez requer a formalização do empreendimento, mas, sobretudo a capacidade de identificar parceiros potenciais, redes que podem financiar as atividades e habilidades no campo da articulação política, as mulheres permanecem em situação de muita penúria, obtendo um retorno financeiro muito baixo. Mesmo empreendimento em uma situação relativamente mais favorável, por já possuírem equipamentos e local definido para a produção, encontram dificuldades com a aquisição de matérias-primas quando conseguem obter contratos para confecção de uniformes, roupas e alimentos, uma vez que é necessário ter dinheiro para comprar os insumos, uma vez que de forma geral os contratos preveem o pagamento no ato de recebimento da mercadoria.

Às dificuldades relativas ao espaço para produzir, matérias-primas e equipamentos,

se soma a questão da comercialização, mais precisamente dos espaços que estas mulheres conseguem acessar. Oriundas de comunidades pobres que vivenciam o mesmo percurso de exclusão, de carências e de falta de recursos, as mulheres contam com os amigos, famílias e eventos da comunidade onde os empreendimentos estão localizados para comercializar seus produtos, em geral artesanatos. A comercialização é um ponto crítico para os empreendimentos, tanto por se tratar de produtos artesanais, que não sendo produtos de primeira necessidade, não possuem grande escala de vendas, quanto por ter um mercado restrito à própria comunidade, constituída por uma população com baixo poder aquisitivo, que compra este tipo de produto apenas em algumas ocasiões (para dar presentes, etc). A ideia “da força dos laços fracos” de Granovetter (1973) ajuda a pensar esta relação, uma vez que os laços fortes presentes na família, nos amigos e na comunidade não auxiliam os empreendimentos a transpor o universo de pobreza do qual as mulheres buscam escapar. Neste caso, os laços fracos estabelecidos com empresas, órgãos públicos, sindicatos e prefeituras podem ser mais efetivos em favorecer o acesso das mulheres a outros espaços de comercialização, nos quais há populações com maior poder aquisitivo e, portanto possibilidade de vendas maiores. O empreendimento Aquarius (PE) conseguiu qualificar a produção dos alimentos por meio de parceria com a Superintendência Federal da Pesca e a empresa de Farinhas Sarandi, por meio da oferta de cursos de gastronomia. O Espaço Mulher (RJ) e o Arte na Praça (PA) obtiveram, junto as respectivas prefeituras, espaços públicos e de grande acesso para a realização da feira, enquanto a Coopart (DF) conseguiu espaço na Casa do Artesão. A Coopermups (RN) e a Arte com Sabor (SP) participam de feiras regionais e nacionais de economia solidária e integram redes como a Xique-Xique de Economia Solidária e a rede Estrela de Iracema. A RICS (RS) e a Coopermups (RN) iniciaram a comercialização por meio de contratos para fornecimento de roupas hospitalares para um hospital público e alimentação para evento de um sindicato, respectivamente.

A quase totalidade dos empreendimentos buscaram capacitações para as mulheres, dos mais diversos tipos. Em linhas gerais podemos agrupar estes cursos em (a) formação política feminista, economia solidária e desenvolvimento local, frequentemente em parceria com movimentos sociais e ONGs; (b) formação em gestão de empreendimentos e cooperativismo e (c) formação técnica para aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos produtos. Estas duas últimas em geral demandam as prefeituras, universidade e redes de

economia solidária. Os cursos aparecem nas falas das mulheres como um espaço importante de fortalecimento do encontro e da construção de uma identidade coletiva, constituindo-se em uma ferramenta de apoio à produção, mas também como espaço de empoderamento feminino.

(...) com as reuniões da rede discutimos como resolver os problemas nos grupos, decidimos em conversar e fazer planejamentos e cursos de economia solidária, de produção em artesanato e panificação, doces e conservas, e sabão caseiro. Assim temos muitos produtos para troca e o grupo passou a ter potencial para viver. (Clube de trocas, PR)

### **Caminhando juntas – praticando uma economia solidária em redes**

Para fazer frente à precariedade das suas vidas as mulheres foram se reunindo, compartilhando dificuldades e apoios e foram se reconstituindo como sujeitos políticos. Mesmo nos empreendimentos que surgiram a partir da atuação de prefeituras e ONGs, as mulheres enfrentaram dificuldades em se manter juntas, precisaram superar adversidades e encontrar alternativas para a manutenção do grupo e do empreendimento.

Resolvemos dar a volta por cima e recomeçar como uma fênix renascendo das cinzas. Pôr em prática mais uma vez toda a formação que tivemos, todo o conhecimento obtido. Levamos tudo para o coletivo pois funcionamos numa autogestão. (Espaço Mulher, Terezópolis/RJ)

Nesta caminhada, juntas, as mulheres foram praticando uma economia solidária no seu sentido mais genuíno, ainda que por vezes sem dar este nome, estabelecendo relações pautadas pela auto-organização, ajuda mútua e solidariedade, na quais o lucro não era o objetivo único, nem tampouco central.

A gente tem força de vontade e isso é muito bom, né. A gente é um grupo que tem respeito, união, solidariedade...cada uma sabe fazer muita coisa...e a gente faz. A gente se ajuda (...). (Mulher que Faz, NH/RS).

Os fundamentos da economia solidária, tal como são definidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007) — relações de cooperação e solidariedade para produzir, comercializar e consumir, sem exploradores e explorados, com fortalecimento comunitário, desenvolvimento local e respeito ao meio-ambiente – estão presentes no cotidiano das mulheres.

Era muito tímida, quase não falava em público. Então, a mudança foi tão grande que agora sou a vendedora da Cooperativa. A importância da amizade e do trabalho conjunto. Não sabia fazer quase nada e agora faço muita coisa dentro da cooperativa.

(Valeria, COOPART/DF)

Quando comecei na Cooperativa, havia acabado de sair de um casamento, chorava muito e aqui encontrei a alegria de viver, conseguindo assim melhorar a minha autoestima, trabalhar e crescer junto com as outras. Foi como se fosse uma terapia, antes só vivia para cuidar dos netos. (Damasia, COOPART/DF)

[No clube encontrei] pessoas solidárias que me deram apoio, atenção e carinho. Então senti ânimo e força com o apoio das mulheres do grupo, trocava amizade, produtos e saberes, comecei a pintar em tecidos até fazer parte da organização e da coordenação do grupo. Hoje eu aprendi o que é ser dona de si, e que eu posso!. Aprendi a falar e me defender, dialogar, questionar. Eu não sabia e não entendia como eram as coisas e os direitos. Agora decido e faço meus negócios. Sou outra mulher e me valorizo. (Maria, Clube de Trocas Perpétuo Socorro)

Os relatos das mulheres apontam a ressignificação de suas vidas a partir do envolvimento nos empreendimentos, o que rompe com a lógica de atribuir centralidade ao lucro ao analisar os êxitos da experiência vivida. Em que pese o fato de que o nível de remuneração obtido com o trabalho ser muito baixo, de que parte substantiva dos empreendimentos não é autossustentável, as mulheres identificam outros ganhos não econômicos obtidos na caminhada, compatíveis com os princípios da economia solidária. As mulheres aprendem competências técnicas, políticas e sociais que as colocam no mundo de outra forma e que permitem ampliar seu campo de possibilidades. Reconhecer estas outras dimensões alcançadas por estas mulheres é parte do exercício de escutar o que elas nos dizem, o que contudo não significa ignorar que o projeto da economia solidária é instável, frágil e limitado em sua capacidade de superar inserções subordinadas na economia capitalista.

A economia solidária como estratégia de combate à pobreza e de resistência e busca de alternativas de sobrevivência para segmentos com chances reduzidas de inserção no mercado de trabalho formal, tropeça na ausência de políticas públicas integradas com políticas de desenvolvimento e sistemáticas. Ainda que a política pública de economia solidária conste no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia e que o Plano de Economia Solidária tenha entre seus objetivos fomentar o desenvolvimento local e apoiar a geração de renda de populações em situação de vulnerabilidade extrema, efetivamente há um longo caminho a ser percorrido.

a) Fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por meio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza;

b) Apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza. (SENAES, 2013, pgs 5 e 6).

As narrativas evidenciam a situação de pobreza em que vivem as mulheres, a fragilidade dos empreendimentos e o quanto a instabilidade e descontinuidade dos apoios pesam na autonomia, continuidade e sustentabilidade dos grupos. Todos os empreendimentos estabeleceram parcerias, com maior ou menor duração, com maior ou menor êxito, mas as mulheres rapidamente perceberam que na ausência de políticas públicas integradas, caberia a elas construir as articulações necessárias para fazer o seu grupo funcionar. A síntese da narrativa da trajetória das mulheres da Coomups é representativa do que ocorre entre os empreendimentos, com pequenas variações e ainda que extensa vale ser reproduzida:

Participavam de várias feiras locais, mas não vendiam quase nada, pois a população era muito carente, às vezes vendiam fiado, às vezes não recebiam e a desvalorização do trabalho era muito grande. Em 2005, conheceram as propostas e a política da Economia Solidária, foi quando melhorou um pouco as vendas, pois passaram a participar do Projeto de Feiras do IMS, mas mesmo assim não era o suficiente pra sobreviver. Em 2008, conheceram o Banco Providência, quando fizeram um empréstimo, o que não viabilizou a COOPERATIVA, pois estavam com muitas dificuldades financeiras, mas não desistiram. Em 2009, ficaram sabendo que na Cáritas tinha um projeto de Bazares, e como faziam parte da Economia Solidária, conseguiram receber os tecidos. Foi aí que mudaram as suas vidas de verdade: compraram algumas máquinas e matérias prima, fizeram um curso de costura e começaram a costurar com os tecidos melhorando assim sua produção e suas vendas. Em 2010, fizeram um projeto para o fundo Ecumênico da Cáritas, foram contempladas com R\$ 5.000,00, o que permitiu comprarem as máquinas que faltavam. Em 2011, participaram da Oficina de formação do CFES/DF, aonde apreenderam colocar preço nos produtos, melhorando a formação em Economia Solidária, fizeram um exercício de trocas solidárias, vendo como se começa e mantém um Fundo Rotativo Solidário. As parcerias realizadas foram muito importantes para o fortalecimento da Cooperativa, ajudando na viabilização da mesma. Fazendo parte da rede de Empreendimentos, o grupo conseguiu qualificar a produção e melhorar a comercialização. Com a prefeitura e a Secretaria de Indústria e Comércio, com metodologias de formação, tiveram cursos de organização e gestão da Cooperativa, e plano de negócio. Participando do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno, conseguiram a visibilização dos seus produtos e a participação em Feiras no DF e no Brasil. (COOPART, Cidade Ocidental/DF).

Esta narrativa mostra o início das parcerias no âmbito local, que é o espaço mais próximo para todos os empreendimentos, neste caso para promover a comercialização em feiras. Em outros empreendimentos a venda dos produtos se dá em festas da comunidade ou mesmo entre a rede de familiares e amigos. São espaços marcados pela mesma situação de pobreza e carências vividas pelas mulheres, não permitindo aos empreendimentos suplantar as dificuldades. O caso da Coopart é mais favorável do que outros empreendimentos que atuam na informalidade e, com isso, ainda empreendem no âmbito local uma luta anterior,

pela conquista de um espaço para realizar as reuniões coletivas e produção. Para estes empreendimentos o primeiro espaço de organização compartilhado é a própria casa das mulheres, a partir do qual buscam outras parcerias, em geral as prefeituras municipais e as ordens religiosas, que possuem uma forte presença no âmbito local.

As prefeituras revelam tipos de atuação diferenciados dependendo da secretaria envolvida. Quando o apoio vem pelo caminho da assistência social (Arte na Praça, PA e Mulher que Faz, RS, Artesanato com Sabor, SP) a presença é mais episódica, por meio da concessão de um espaço, ou de cursos de qualificação na área de artesanato e culinária, sem integrar, contudo os empreendimentos a uma política de desenvolvimento e sem sair do âmbito assistencial. Por outro lado, quando secretárias de indústria e comércio, de desenvolvimento local, de economia solidária e de mulheres estão envolvidas, ainda que o apoio se dê também pontualmente, por meio de espaços para comercialização (Espaço Mulher, RJ; Coopart, DF), os cursos oferecidos sobre gestão de cooperativas, cidadania, economia solidária e feminismo, promovem uma ampliação no campo de possibilidades vislumbrado pelas mulheres e se constituem em ferramentas importantes na transformação dos empreendimentos. Contudo, as mudanças de governo podem significar a interrupção da parceria e a perda de apoios conquistados, recolocando para as mulheres o desafio de construir novas alianças.

Ainda no âmbito local as ordens religiosas se constituem em importantes espaços de referência. O empreendimento Arte com Sabor (SP) obteve com um Pastor um espaço para as reuniões, nas quais as mulheres começaram a discutir a formação de uma cooperativa, que até o final da pesquisa permanecia como objetivo não concretizado. Nesta primeira relação tiveram uma experiência negativa, pois o pastor buscou integrar o grupo às ações sociais de sua igreja, o que não só não auxiliava as mulheres a gerarem renda, como não contribuiu para o objetivo maior de criação de uma cooperativa. Uma nova parceria foi constituída pelas mulheres no âmbito local, desta vez com o padre da paróquia que ofereceu espaço e auxílio na elaboração de um projeto para obtenção de recursos junto ao Fundo Nacional de Solidariedade, da Cáritas. Embora, novamente tenham ocorrido problemas na relação, com a transferência do padre, a experiência colocou as mulheres em relação com outros espaços e redes, agora de âmbito nacional e vinculados aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento local. A relação estabelecida com a Cáritas também gerou a

aproximação com a rede Brasil Local, por meio da articuladora do projeto em São Paulo, que passou a proporcionar espaços de discussão sobre cooperativismo, economia solidária e feminismo e a ajudar na organização do grupo.

Esta experiência, assim como a da Coopart e de vários outros empreendimentos, retrata um processo bastante frequente de formação de parcerias que têm início no âmbito local e entre dificuldades, frustrações e conquistas, se expande para outros âmbitos. As mulheres e seus empreendimentos vão descobrindo o caminho das redes organizadas em nível nacional (rede Estrela de Iracema; rede Xique-Xique de economia solidária, rede EcoSol, Rede Brasil Local – SENAES) e formadas por governo, ongs, igreja (Cáritas) e movimentos sociais que compartilham visões de sociedade orientadas pela solidariedade, justiça social e combate à exclusão. Em todos os empreendimentos o acesso a estas redes marcaram um ponto de virada nos empreendimentos e de fortalecimento do grupo de mulheres. As experiências de apoio fragmentado e episódico, encontradas inicialmente no âmbito local, são substituídas pela integração às redes de economia solidária, que abrem novos espaços de comercialização, de financiamento de equipamentos e materiais e de formação técnica e política para as mulheres. O ponto de interesse aqui não é a oposição entre local e nacional, mas o papel de mediadores que as redes, e os grupos que as integram, desempenham ao articular os dois espaços possibilitando às mulheres, a partir do local, uma ampliação do seu campo de possibilidades. Ao sair para o mundo, as mulheres se emancipam e conseguem transformar não somente suas vidas, mas também suas comunidades, mas nesta caminhada as parcerias parecem fazer uma grande diferença.

## **Referências**

BONUMÁ, Helena. As mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. Porto Alegre, UFRGS, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

CÁRITAS. Economia Solidária em Construção. Cáritas Brasileira, Brasília, 2012.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

GOERCK, Caroline; BULLA, Leonia Capaverde; DAMASCENA, Monique Bronzoni. A implantação do programa de economia solidária em desenvolvimento por meio da SENAES no Rio Grande do Sul. Otra Economía - Volumen III - Nº 5 - 2º semestre/ 2009 - ISSN 1851-4715 [www.riless.org/otraeconomia](http://www.riless.org/otraeconomia)

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidaria no Brasil. (Tese de doutorado) Campinas, UNICAMP, 2004.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Nota Técnica. Brasília, IPEA, Mercado de Trabalho, 24, ago 2004.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.

Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SENAES. Economia Solidária: Outra Economia Acontece! SENAES / Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

SENAES. Política Nacional de Economia Solidária – Termo de Referência. SENAES / Ministério do Trabalho e Emprego, maio de 2013.

SILVA, Sandro Pereira. A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: uma contribuição para o debate. Nota Técnica. Brasília, IPEA, Mercado de Trabalho, 47, mai. 2011.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. *Estudos avançados*, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul. Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES). *Economia Solidária e Políticas Públicas*. Brasília, IPEA, Mercado de Trabalho, 56. fev. 2014

As narrativas analisadas neste trabalho foram realizadas pelas Agentes de Desenvolvimento do Projeto Economia Solidária e Economia Feminista, integrante do Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolvido de maio de 2010 a outubro de 2012, que foram as seguintes:

- Arte na Praça, Marituba, Pará: Maria Gercina de Araújo e Maria Beatriz Lima
- Mulheres Criativas, Fortaleza, Ceará: Simone Holanda e Ana Cália Batista
- Pescadoras de Sonhos (Planeta Vida, Maré Arte e Aquarius), Abreu e Lima, Pernambuco: Rosane Mariani
- Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviço (COOPERMUPS), Mossoró, Rio Grande do Norte: Francisca Eliane de Lima (Neneide)
- Cooperativa de Artesanato (COOPART), Cidade Ocidental, Goiás: Patricia Ferreira
- Espaço Mulher, Teresópolis, Rio de Janeiro: Cláudia Cristina Barbosa e Sheila Castro
- Arte com Sabor, Parque Anhanguera, São Paulo/SP: Sabrina Pedrosa e Tauá Pires (integrante da articulação nacional/Cáritas)

- Clude de Trocas da Rede Pinhão, Região Metropolitana de Curitiba, Paraná: Neuza Carvalho, Aloir Cândido da Silva e Marici Mazepa
- Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Fabiana Araújo e Vanusca Silva
- Mulher que faz, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Fabiana Araújo e Helena Bonumá (Coordenadora do Projeto).